

**O USO DAS FONTES NAS
NOTÍCIAS SOBRE O
PROCESSO DE
IMPEACHMENT: uma
análise da cobertura
realizada pelos jornais
Folha de S. Paulo e A Tarde
(BA)**

THE USE OF SOURCES IN THE NEWS
ABOUT THE DILMA ROUSSEFF'S
IMPEACHMENT PROCESS: an
analysis of Folha de São Paulo and A
Tarde newspapers coverages

EL USO DE FUENTES EN LAS
NOTICIAS SOBRE EL PROCESO DE
IMPEACHMENT DE DILMA
ROUSSEFF: un Análisis de la
Cobertura realizado por los
Periódicos Folha de S. Paulo y A
Tarde (BA)

**Ebida Rosa dos Santos¹
Liziane Soares Guazina^{2, 3}**

¹ Doutoranda em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB). Mestra em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (POSJOR UFSC). Graduada em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: ebidasantos@gmail.com.

² Doutora, mestre e graduada em Comunicação pela Universidade de Brasília. Coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política (NEMP/UnB), líder do Grupo de Pesquisa Cultura, Mídia e Política. Membro da Rede Nacional de Observatórios da Imprensa (RENOI), da Asociación Latino Americana de Investigadores de la Comunicación (ALAI), da International Association for Media and Communication Research (IAMCR) e da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compolítica). Vice-Diretora da Faculdade de Comunicação, professora de graduação e pós-graduação, ex-coordenadora da linha de pesquisa Jornalismo e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da FAC/UnB (2014-2015). E-mail: liziane.g@uol.com.br.

³ Endereço de contato das autoras (por correio): Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. ICC Ala Norte, Bloco A, Sala AT-651/16, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte, CEP: 70910-900 - Brasília, DF – Brasil.

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar o uso das fontes pelos jornais Folha de S. Paulo e A Tarde durante a cobertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff considerando sete dias anteriores a três momentos relevantes de julgamento no Congresso Nacional. Como metodologia, foi adaptada a verificação de alinhamento, protagonistas e antagonistas, bem como a diversidade de pontos de vista, a partir do método *Valor Agregado Periodístico* (VAP). O uso das fontes pelos jornais pode ser caracterizado como deficiente, centrado exclusivamente no "poder" e muito dependente de afirmações de fontes oficiais e ocultas.

PALAVRAS-CHAVE: *Impeachment*; Fontes; Jornalismo; Política.

ABSTRACT

The research aims to analyze the use of sources by the newspapers Folha de S. Paulo and A Tarde during the coverage of the impeachment process of Dilma Rousseff considering seven days before three relevant moments of judgment in the Brazilian National Congress. As a methodology, it was adapted the verification of alignment, protagonists and antagonists, as well as the diversity of points of view, using the Value Added Journalistic (VAP) method. The use of the sources by the newspapers can be characterized as centered exclusively on "power" and very dependent on statements from official and hidden sources.

KEYWORDS: Impeachment; Sources; Journalism; Politics.

RESUMEN

La investigación tiene como objetivo analizar el uso de las fuentes por los periódicos Folha de S. Paulo y A Tarde, durante la cobertura del proceso de *impeachment* de Rousseff considerando siete días anteriores a tres momentos relevantes del juicio en el Congreso Nacional. Como metodología, se ha adaptado la verificación de alineamiento y protagonistas y antagonistas, así como la diversidad de puntos de vista, del método Valor Agregado Periodístico



ISSN nº 2447-4266

Vol. 3, n. 6, Outubro-Dezembro. 2017

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n6p612>

(VAP). El uso de las fuentes por los periódicos puede ser caracterizado como centrado exclusivamente en el "poder" y muy dependiente de afirmaciones de fuentes oficiales y ocultas.

PALABRAS-CLAVE: Impeachment; Fuentes; Periodismo; Política.

Recebido em: 11.07.2017. Aceito em: 12.09.2017. Publicado em: 01.10.2017.

Introdução

A reeleição⁴ de Dilma Rousseff em 2014, por 51,6% dos votos, expôs o acirramento político-partidário na quarta eleição presidencial realizada pelo voto popular no período democrático. Após a nova mandatária assumir o cargo, agravaram-se as crises econômica e política, aliadas a protestos populares contra a continuidade do Governo Dilma e os supostos envolvimento da Presidenta e de seus ministros em casos de corrupção. As sondagens sobre a possibilidade de *impeachment*⁵ rememoram as primeiras semanas após eleição, quando não havia um fato concreto que justificasse a abertura do processo, caracterizado mais adiante como crime de responsabilidade, segundo o julgamento jurídico e político exercido pelo Senado Federal.

Tratando-se de um acontecimento de grandes proporções e devido à sua importância, a atuação da mídia não se constitui – ou não deveria se constituir – com a mesma naturalidade da cobertura dos fatos cotidianos, pois impacta os processos democráticos e estremera as relações entre diversos setores públicos e privados. *Impeachments* envolvem normalmente, para além dos três poderes, entidades e grupos organizados da sociedade civil e a participação da população nos debates sobre os rumos do país. O debate público, nas diversas esferas, se dá a partir da mídia tradicional e das mídias sociais, em um processo de retroalimentação.

Tomando o impedimento presidencial como um grande evento, ele poderia ser alçado à mesma categoria de uma catástrofe ambiental, respeitadas

⁴ Dilma Rousseff foi primeira mulher a exercer a presidência no país, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Ficou no poder entre 1º de janeiro de 2011 e 31 de agosto de 2016, quando foi definitivamente afastada pelo processo de *impeachment*.

⁵ O processo de *impeachment* é um recurso previsto na Constituição Brasileira de 1988, tendo sido aplicado no último período democrático durante o governo de Fernando Collor de Mello, em 1992, quando existiam fatos que o ligavam a escândalos de corrupção.

as peculiaridades. Nesse contexto, Amaral (2015, p.1) define que a posição do discurso jornalístico “sobre uma catástrofe ambiciona o inenarrável. Cabe a ele organizar o caos e dar sentidos ao acontecimento”. Ao organizar o caos, os jornalistas dão vida ao jornalismo, especialmente a partir de sua intensa relação com as fontes, caso contrário resumiria histórias, ficcionais ou não. São as fontes as responsáveis por dar ao fato veracidade, comprovação, “fé pública”. Nesse meandro, ainda servem de escudo para os jornalistas que, não raro, eximem-se de responsabilidade e de críticas alegando terem apenas relatado o acontecimento de acordo com as fontes.

Essa retroalimentação, contudo, nem sempre ocorre de forma equilibrada, uma vez que a mídia detém maior poder se comparada ao cidadão comum. Os acessos dos jornalistas a fontes, a dados e/ou a documentos coloca o jornalismo numa posição privilegiada. Daí decorre a possibilidade de se afirmar que seu papel deve ser fornecer informações verídicas e substanciais, capazes de fundamentar os debates da esfera pública para então retomar o ciclo retroalimentar mídia-sociedade. Não se levam em conta nesse texto as influências das redes tecnológicas de comunicação nem as afetações que provocam nas relações com as fontes. A análise parte do jornalismo impresso, considerando unicamente a fonte e sua contribuição ao texto, pois parte-se do pressuposto de que o rigor com as fontes e a preservação da qualidade da informação divulgada deve ser mantido mesmo com os diversos meios de apuração

Este trabalho tem como objetivo analisar o uso e a diversidade de fontes no jornalismo político⁶ praticado durante a cobertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. O *corpus* é composto de 21 textos do jornal

⁶ Como jornalismo político tomamos o noticiamento dos fatos relacionados à *polis*. Ver Bobbio (2000).

Folha de S. Paulo e 19 textos do A Tarde, da Bahia. A escolha desses jornais se deu em função de conterem editoriais de política e por representarem duas regiões diferentes do país – o sudeste e o nordeste – e terem circulação nacional e estadual, permitindo uma amostragem com diversidade.

Para a realização da análise, foram considerados os sete dias que antecederam três momentos relevantes do processo de *impeachment*: a votação do aceite de abertura do processo pela Câmara dos Deputados, em 17 de abril; a votação do afastamento da Presidenta do cargo pelo Senado Federal, em 12 de maio; e a cassação do mandato na sessão final de julgamento no Senado em 31 de agosto. A primeira etapa envolve revisão teórica sobre tipos de fonte e seus papéis na cobertura jornalística. São revisitadas as divisões categóricas de Schmitz (2011) e as considerações sobre fontes e qualidade jornalística trazidas por Pellegrini e Mujica (2006) e Pellegrini *et. al.* (2011). Também abordam-se aspectos relativos ao compromisso do jornalismo com a transparência, discutidos por Kovach e Rosenstiel (2003); e os níveis de interação e seus riscos, referenciados por McQuail (2012) e Pinto (2000).

A delimitação das categorias analíticas parte do método de *Valor Agregado Periódico – VAP*, que equivale ao conteúdo agregado à informação que o público poderia obter diretamente do universo a ser noticiado. O método permite que se trabalhe sob duas diretrizes de obtenção de informação: a *função notarial* e a *atribuição de sentido*⁷ (PELLEGRINI; MUJICA, 2006). Para esse artigo importa a função notarial, que envolve a seleção de fatos e de fontes existentes e confiáveis, recortando especificamente pelo uso das fontes.

⁷ A *atribuição de sentido* reflete a escolha da pauta, a hierarquização e a relação entre conteúdos, etapas responsáveis pela atribuição de sentido ao universo de informações. O meio e o jornalista organizam e relacionam todos os elementos que circundam a informação e seu contexto, tornando-os compreensíveis e significando-os em relação aos movimentos sociais.

A *função notarial* demonstra a capacidade do meio de certificar, com a prática profissional adequada, a ocorrência de um fato e levá-lo ao conhecimento público somente após ter acessado o que aconteceu “de verdade”. Esse critério se associa à credibilidade depositada pelo público no veículo e à comprovação temporal de sua seriedade no tratamento da informação. Meios de grande reconhecimento nacional podem se converter em fonte para os demais meios. Os aspectos básicos da *função notarial* são: o acesso aos fatos por meio de fontes relevantes e a seleção por meio da avaliação do peso informativo do fato noticiado.

Três aspectos serão observados. O primeiro diz respeito à *diversidade de pontos de vista*. Não se trata apenas da quantidade de fontes, mas se elas aportam diversas perspectivas. Essa variável se subdivide, então, em três categorias: somente um ponto de vista; um ponto de vista com referência superficial à outra versão; e mescla de pontos de vista.

O segundo aspecto trata da *diversidade de tipo de fonte*. Nesse caso, conta-se a quantidade de *fontes pessoais* em cada notícia. Depois é calculado o uso de cada tipo de fonte em cada notícia, determinando as porcentagens que cada uma representa em relação ao total de fontes pessoais usadas pelos jornais. São observados dois tipos de fontes. Primeiro as *fontes oficiais*, que correspondem à voz de uma instituição que entrega a versão oficial do fato. Classificam-se em: governamentais (Poder Executivo); oficiais públicas, que informam em função de cargo público que ocupa e que não integram o Executivo; e oficiais privadas, em que pessoas do setor privado ou da sociedade civil informam em virtude de seu cargo. No segundo tipo as *fontes de linha editorial* são buscadas para complementar ou contextualizar uma informação. Entre elas estão: os especialistas em temas específicos; as testemunhas ligadas

diretamente ao fato, que opinam de modo pessoal; e as não identificadas (sem nome).

A terceira etapa considera que a história jornalística enxerga o fato noticioso como uma construção dramática e não apenas um tema. Por isso, prevê a identificação de protagonista e de antagonista e a partir delas identifica o conflito e o ângulo pelo qual se narra. Para isso será contada em cada nota a quantidade de fontes alinhadas com o protagonista ou com o antagonista e as que se relacionam com o problema de maneira neutra. Como nem todas as notícias possuem claramente um protagonista e um antagonista, este cálculo será aplicado apenas àquelas que permitam identificar ao menos um dos personagens.

Tabela 1. Critérios de análise do uso de fontes

Diversidade de pontos de vista		
Somente um ponto de vista	Um ponto de vista com referência superficial à outra versão	Mescla de pontos de vista
Diversidade de tipo de fonte		
Oficiais		
Governamentais	Oficiais públicas	Oficiais privadas
De linha editorial		
Especialistas	Testemunhais	Não identificadas
Alinhamento das fontes		
Protagonista	Antagonista	Neutras

Fonte: adaptado do método VAP.

Depois dessas duas etapas, procede-se ao cálculo da média de fontes utilizadas por nota. A utilização de uma só fonte, segundo a metodologia VAP, converte o jornal em um megafone da posição de uma pessoa ou instituição, deixando outras vozes e aspectos da realidade à margem.

Jornalismo, Política e Fontes

As fontes, para Schmitz, são pessoas “interlocutoras de organizações e de si próprias ou referências; envolvidas direta ou indiretamente a fatos e eventos; que agem de forma proativa, ativa, passiva ou reativa; sendo confiáveis, fidedignas ou duvidosas”. É delas que “os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio de uma mídia” (SCHMIDT, 2011, p. 19). Historicamente, eventos como o surgimento da assessoria de imprensa, atuante como mediadora entre as informações que o jornalista desconhece e não presencia, e as próprias mídias sociais, onde as fontes publicam diretamente seus próprios conteúdos, têm cada vez mais alterado a relação jornalista e fonte.

Embora autores como Schmitz (2011, p. 9) apontem que “a maioria das informações jornalísticas advém de organizações ou personagens que testemunham ou participam de eventos e fatos de interesse da mídia”, o cenário recente evidencia fontes atuantes. Jorge Pedro Sousa estuda o protagonismo das fontes e defende que tais estudos têm constituído aspectos centrais para as pesquisas em jornalismo, pois, se constatado o fornecimento de informações e ideias ao espaço público, e “se essas informações e ideias produzem efeitos nas pessoas, nas sociedades, nas civilizações e nas culturas”, torna-se importante “esclarecer qual é a proveniência dessas informações e ideias, qual o processamento e enquadramento a que são sujeitas antes de chegarem ao espaço público, quais as forças que bloqueiam algumas delas ou aceleram a difusão e aumentam o impacto de outras” (SOUSA, 2002, p. 2).

No campo de estudo das fontes, Aldo Schmitz (2011, p. 9) propõe a divisão em duas grandes categorias: “fonte de informação” e “fontes de notícia”. A primeira se caracteriza por estar disponível a alguém; a segunda necessita de

um meio de transmissão, de mediação para circular seu conhecimento ou saber. Para o autor, a fonte de notícia se configura como a matriz do jornalismo, pois confirma o que será levado ao conhecimento público.

A relação entre o jornalismo e as fontes também precisa ser compreendida sob a ótica da transparência. Kovach e Rosenstiel consideram que “a única maneira prática de dizer ao público o quanto sabemos é revelar o máximo possível sobre nossas fontes e métodos” (2003, p. 126). Trata-se da regra da transparência, cujo papel reflete também o respeito do jornalista por seu público. Ter demonstrado como a informação foi obtida e “os motivos e preconceitos do jornalista que a transmite” (*idem*, p. 127) permite ao público julgar a validade dessa informação e protege o jornalista em caso de engano ou erro da fonte. A transparência também demonstra o motivo ou interesse público existente para o jornalista noticiar.

A chave da regra da transparência passa pelo constante autoquestionamento do repórter sobre o que o leitor precisa saber para avaliar a informação por conta própria e o que, em sua matéria, exige explicação. Porém, essa realidade não é a mais evidente. Ao contrário, Kovach e Rosenstiel (2003) apontam que a falha dos jornalistas tem sido justamente silenciar sobre métodos, motivos e fontes. Nesse sentido os autores questionam matérias jornalísticas que usam fontes representadas por frases como “especialistas dizem”, indagando quantos são os especialistas com os quais, de fato, o repórter conversou.

Na matriz de Schmitz, a fonte primária forneceria a essência de uma matéria: “fatos, versões e números, por estar próxima ou na origem da informação. Geralmente revela dados ‘em primeira mão’, que podem ser confrontados com dados de fontes secundárias” (2011, p. 23). As fontes

secundárias seriam responsáveis pela contextualização, interpretação, análise, comentário ou complemento da matéria jornalística, produzida a partir da fonte primária. Para além das subdivisões “fontes de informação”, “fonte de notícias”, “fontes primárias” e “fontes secundárias”, Schmitz as classifica em oito categorias, conforme abaixo.

A primeira delas é a *oficial*, consultada em função da ocupação de cargo ou função pública em órgãos de poder constituído, como o Executivo, Legislativo e Judiciário. Inclui ainda organizações agregadas, como companhias públicas, cartórios, entre outras. Quando consultadas fontes dessa categoria, deve-se ter em mente que elas podem apresentar realidade distorcida para preservar os interesses de seu grupo ou apenas os seus próprios.

Na segunda categoria está a fonte empresarial, que representa corporação empresarial da indústria, comércio, serviços ou do agronegócio. Pellegrini *et. al.* (2011, p. 45) consideram essas fontes como “oficiais privadas”, sendo “*personas que informan en virtud del cargo que ejercen en el sector privado o la sociedad civil*”. Para Schmitz (2011) a relação dessas fontes com a mídia visa a preservar sua imagem e reputação, sendo também quem exerce poder econômico sobre os jornais, gerando publicidade, por vezes, confundida com notícia.

A fonte *institucional* representa organização sem fins lucrativos ou grupo social. Nesse caso precisam ser consideradas a influência das crenças da fonte na causa defendida nas informações fornecidas. Contudo, essa fonte é considerada espontânea e desvinculada de qualquer interesse próprio. Como *popular* tem-se, em geral, pessoas comuns, que não falam por uma organização ou grupo social. Na metodologia adotada nesse estudo, tais fontes configuram-

se como “testemunhais” (PELLEGRINI, *et. al.* 2011). Na condição de testemunha, por não defender causa própria, aparece como vítima ou cidadão reivindicador.

Notável é a fonte com fama ou talento, entre as quais artistas, escritores, que falam de si ou seu ofício. Estas também podem atuar como “fontes especializadas” ou “*experts*” devido ao longo tempo desempenhando funções ou atuando em determinado ramo. Já a fonte *testemunhal* serve como justificativa para a imprensa ao representar algo visto e ouvido por um partícipe ou observador. O papel de “portadora da verdade” é atribuído a fontes nessa condição. O relato dessa fonte “se apoia na memória de curto prazo, que é mais fidedigna, embora eventualmente desordenada e confusa” (LAGE *apud* SCHMITZ, 2011, p. 26).

Especializadas são as pessoas de notório saber específico (especialista, perito, intelectual) ou organizações que detenham conhecimento notório. Comumente associa-se à profissão ou especialidade na área de atuação. São consultadas também pela capacidade de analisar cenários e possíveis ações ou acontecimentos. Pela metodologia VAP são “*personas que opinan en virtud de sus conocimientos sobre un tema*” (PELLEGRINI *et. al.*, 2011, p. 45).

A última categoria abrange as fontes de *referência*. Elas envolvem bibliografias, documentos ou mídias consultadas pelo jornalista. Servem como base das afirmações e dos conteúdos jornalísticos, auxiliando a preencher a narrativa e a conectar os acontecimentos e suas causas. Entre os exemplos têm-se os dossiês, que quando confiáveis podem se constituir como provas, e ainda outros jornais e revistas, usados como fonte de consulta.

Não constam nessa categorização de Schmitz (2011) fontes ocultas e indefinidas. Estas também são essenciais para compreender o jornalismo político. Na metodologia VAP, Pellegrini *et. al.* (2011, p. 45) classificam as fontes

não identificadas como fontes de linha editorial, sendo "*personas cuyo nombre no se da a conocer*".

Sobre a relação com a fonte não identificada, em *off* ou desconhecida, nas suas várias terminologias, é representativa a fala de uma das jornalistas políticas da Folha de S. Paulo. Para Eliane Cantanhêde, "o *off* é como a democracia e o próprio casamento: cheio de riscos, mas ainda não inventaram nada melhor. É por meio do *off* que nós, os jornalistas daqui e de alhures, descobrimos nossos melhores furos, nossas melhores dicas, nossos melhores documentos"(2006, p. 185). Contudo, sempre que se ouve uma fonte em *off* no mundo dos políticos deve-se considerar a estreita relação com o boato. Por exemplo, as denúncias contra partidos adversários não precisam de provas para existirem, basta que algum veículo as publique como "uma fonte disse que...". De outro lado, como ilustra Cantanhêde, "um político do PT passar uma informação em *off* contra um do PSDB, e vice-versa, é sinal amarelo na certa. E só não é sinal vermelho porque, na prática, eles podem efetivamente ter os dados corretos, a base real da informação"(2006, p. 187). Cabe ao jornalista a checagem de tais dados e a definição sobre a publicação de dados não apurados.

Hoje as fontes buscam os jornais e muitas delas configuram-se como "poderosas", provocando um nível de dependência entre a mídia e os interesses externos de personagens poderosos da sociedade. O perigo dessa relação é que pode causar "uma redução da liberdade" (MCQUAIL, 2012, p. 139). O autor aponta uma excessiva certificação dos fatos por autoridades, relacionada a uma parcialidade dada ao poder institucional, reflexão que faz a partir de Tuchman (1978) e Fishman (1980). Cita ainda estudos sobre a classificação das fontes e suas atribuições, entre outros fatores, indicando que "as notícias são um fluxo

‘de cima para baixo’ na sociedade, com a mídia divulgando para o público em geral o que os oficiais, porta-vozes ou líderes ‘responsáveis’ das instituições decidem dizer” (*idem*).

Nessa relação evidencia-se a disputa para determinação do que é interessante e importante para ser noticiado. Timothy Cook (2011, *passim*) afirma que as fontes oficiais parecem ter mais controle na garantia da importância do fato noticiado, mas, apesar disso, a mídia é mais influente na determinação do que é de interesse. Assim, o noticiário político torna-se frequentemente uma co-produção entre servidores públicos e jornalistas.

No atual contexto de informação “midiatizada”, Pinto considera que a sofisticação das fontes pode levar a uma mitificação da relação dos jornalistas com elas e *vice-versa*. Para ele, “as fontes remetem para posições e relações sociais, para interesses e pontos de vista, para quadros espaço-temporalmente situados” (2000, p. 277). Ou seja, procurando ou sendo procuradas pelos jornalistas, as fontes são entidades interessadas, que se encontram implicadas e atuam a partir de estratégias predeterminadas.

Contudo, não se pode ignorar os diversos níveis de interação que podem existir entre fontes e jornalistas. As características pessoais do repórter, como sexo, idade, *status* profissional e local de trabalho podem ter relevância nessa relação. Nesse mesmo sentido são relevantes o papel das condições de trabalho e os interesses e pressões dos grupos de mídia, fatores que podem limitar ou potencializar o posicionamento dos profissionais frente às fontes. Some-se a isso ainda: a “formação cultural, técnica e ética do jornalista” (PINTO, 2000, p. 285); sua experiência e sua posição na empresa e na carreira; e, por último, a vigilância dos pares e do público em relação às normas deontológicas. Todos são elementos que pesam “na qualidade do trabalho jornalístico e, desde

logo, na qualidade da informação disponibilizada ao público” (*idem*). Silvia Moretzshon (2007) afirma que no caso das entrevistas factuais a interação com a fonte tem sido substituída por uma atitude utilitária de obter informação em menor tempo, simplificando questões complexas sob o pretexto de “explicá-las” ou “esclarecê-las”. Assim, reproduzem-se estereótipos e fecha-se o espaço para a dúvida. As perguntas sobressalentes são as garantidoras de manchete, adequadas à rotina.

O que Dizem os Dados sobre o Uso das Fontes?

Foram selecionadas 21 edições para a extração das notícias a serem analisadas, entre os dias 11 a 17 de abril, 6 a 12 de maio e 25 a 31 de agosto. No A Tarde, 19 estiveram aptas a integrarem o *corpus* e no Folha de S. Paulo 21. Consideraram-se somente textos que trataram do processo de *impeachment* e tiveram formato de notícia. Foram selecionados os textos com chamada principal na capa. Quando ausente chamada de capa, considerou-se o primeiro texto da editoria de política que noticiou *impeachment*.

Sob a perspectiva da *diversidade de pontos de vista*, das 19 notícias analisadas no A Tarde 21,05% (4) contaram com falas que podem ser consideradas como “fontes pessoais”, caracterizadas por não terem sido proferidas dentro das sessões plenárias, em eventos públicos ou em documentos oficiais. Na Folha de S. Paulo, das 21 edições, 52,63% (10) tiveram uso de fontes pessoais. Comparativamente ao A Tarde, o aumento foi superior a 31,5% no uso de fontes pessoais na Folha. Essas falas deveriam, teoricamente, ser obtidas pelos profissionais em contextos externos aos momentos oficiais, com busca de contato pessoal direto com a fonte. Contudo, não fica evidente

qual foi o meio de aquisição dessas falas: se foi entrevista concedida ao repórter, declaração encaminhada pela assessoria de imprensa ou mesmo uma fala proferida a vários repórteres coletivamente.

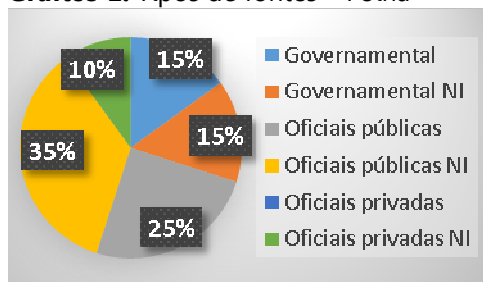
O primeiro aspecto a ser destacado é a ausência de uma transparência em relação ao contato com as fontes. Não é possível saber a quem ou em qual contexto as falas, que não integram momentos oficiais, foram proferidas. A regra da transparência de Kovach e Rosenstiel (2003) não se verifica, pois os jornais não revelam ao leitor nada sobre as fontes ou os métodos. Os autores alertaram que essa relação não é a mais evidente, confirmando-se, portanto, a falha dos profissionais ao silenciar-se sobre métodos, motivos e fontes.

Em relação a multiplicidade de pontos de vista, na Folha 20% das notícias representaram *somente um ponto de vista*. As categorias *um ponto de vista com referência superficial à outra versão* e *mescla de pontos de vista* tiveram 40% cada. No jornal A Tarde as categorias *um ponto de vista com referência superficial à outra versão* e *somente um ponto de vista* apareceram, com 50% cada. O conjunto ideal no tratamento da informação seria a mescla de pontos de vista, tanto sob a ótica deontológica quanto dos manuais práticos. Ouvir os dois lados é o preceito mínimo, embora um processo de *impeachment* seja mais amplo e relacional do que essa dicotomia e possua inúmeros lados envolvidos. O que esses dados apontam é uma tendência forte ao privilégio de um único ponto de vista, especialmente no caso do A Tarde, que não apresentou mescla de pontos de vista.

Diversidade de Tipo de Fonte

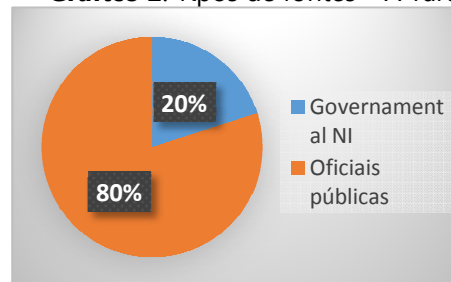
Sobre a diversidade dos tipos de fonte, em A Tarde apareceram apenas fontes governamentais não identificadas e oficiais públicas, sendo as últimas deputados e/ou senadores. Percentualmente registraram-se 20% de fontes governamentais não identificadas e 80% de fontes oficiais públicas. Na Folha, foram usadas 20 fontes pessoais, em dez textos, com uma média de duas fontes por notícia. Os Gráficos 1 e 2 expõem os dados, a seguir:

Gráfico 1. Tipos de fontes – Folha



Fonte: elaboração das autoras.

Gráfico 2. Tipos de fontes – A Tarde



Fonte: elaboração das autoras.

Chama a atenção, portanto, a ausência de fontes que não estejam diretamente ligadas ao processo, mas que sejam por ele afetadas, como a população de forma geral, ainda que representada pelas instituições da sociedade civil, a exemplo de conselhos e sindicatos. Com a predominância de fontes oficiais, é preciso ter em conta, como aponta Schmidt (2011), que estas fontes podem apresentar realidade distorcida para preservar os interesses próprios ou de seu grupo. Porém, não se verifica nesse primeiro olhar essa preocupação nos jornais em análise uma vez que todas a maioria das fontes integra um dos três poderes.

Essa postura fortalece ainda a visão de McQuail (2012) sobre a verticalização da informação, colocada no noticiário de cima para baixo, muito determinada pelas fontes que se impõem e pela busca deficiente de fontes pelos jornalistas. Como mencionado, os fatores que envolvem a execução do trabalho jornalístico em política é peculiar, mas, por si só, não justifica a negligência em relação à apuração e à busca de fontes para a história relatada.

Alinhamento das fontes

Os textos do A Tarde permitiram identificar protagonistas e três deles tiveram antagonistas diretos. Sobre o alinhamento das fontes com os protagonistas/antagonistas, temos a seguinte Tabela 1:

Tabela 1. Alinhamento das fontes no A Tarde

Data	Protagonista x antagonista	Alinhamento das fontes		
		Protagonista	Antagonista	Neutra
13/04/2016	Eduardo Cunha x Dilma			1
14/04/2016	PDT x PSD	1	1	
15/04/2016	Cunha	1		
25/08/2016	Dilma x Temer		1	

Fonte: Elaboração das autoras

Nesse quadro a observação se dá em relação à Dilma Rousseff, personagem central do *impeachment*. Percebeu-se que nenhuma das fontes utilizadas esteve alinhada com Dilma quando ela ocupou tanto a posição de protagonista como a de antagonista. No caso da fonte posicionada de maneira neutra na notícia, trata-se do deputado Bruno Araújo, cujo partido não foi identificado – é o PSDB –, que profere fala sobre procedimentos no dia da votação. O trecho diz: “De acordo com Bruno Araújo, ‘há o entendimento de que cada deputado use o tempo de 10 segundos para votar’” (A Tarde, 13 abril, 2016).

Na Folha, houve uma lista mais extensa de personagens protagonistas e antagonistas, conforme Tabela 2 abaixo:

Tabela 2. Alinhamento das Fontes na Folha de S. Paulo

Data	Protagonista x antagonista	Alinhamento das fontes		
		Protagonista	Antagonista	Neutra
11/04/2016	Dilma x PP			2
13/04/2016	Dilma x PP			2
14/04/2016	Dilma x PSD			1
16/04/2016	STFxDilma	2		1
08/05/2016	Odebrecht x Mantega	2 N.I		1
10/05/2016	Sem protagonista/antagonista			
25/08/2016	Temer x Dilma	2		1
26/08/2016	Dilma	2 N.I		
27/08/2016	Renan x Petistas	1		1
29/08/2016	Dilma	1		1

Fonte: Elaboração das autoras

Pode-se notar que o mesmo fenômeno se repete na Folha. Na posição de protagonista ou de antagonista, Dilma possui, no total, menos fontes falando a seu favor. Há fontes contrárias e favoráveis não identificadas. Um trecho sobre o uso dessas fontes, do dia 8 de maio, exemplifica:

Segundo a Folha apurou, *um ex-executivo de uma construtora envolvida na Lava Jato* disse que, em agosto de 2014, ouviu de Coutinho, ao final de reuniões técnicas sobre financiamentos do BNDES, perguntas sobre a relação da empresa com o então tesoureiro da campanha de Dilma, o hoje ministro Edinho Silva (Comunicação Social). *O empresário*, que à época discutia sobre os valores a serem doados para a campanha à reeleição da petista, entendeu as perguntas do presidente do BNDES como uma forma de pressão. O acordo para a doação foi fechado nas semanas seguintes. (FOLHA DE S. PAULO, 8 DE MAIO DE 2016 – grifo das autoras)

O texto segue e apresenta outro trecho com referência a fontes não identificadas:

Relatos de empresários dão conta de que Mantega e Coutinho eram responsáveis, em 2014, por receber grandes empreiteiros e pedir que eles se reunissem com Edinho para que “continuassem a ser ajudados” pelo governo. (FOLHA DE S. PAULO, 8 MAI., 2016 – grifo das autoras)

O que se percebe é a ocultação de dados em relação às fontes e aos locais de fala delas e a imprecisão em relação à quantidade de fontes utilizada como um elemento que indicaria variedade, ampla quantidade. Novamente foge do indicado por Kovach e Rosentiel (2003) sobre esclarecer na matéria quantos são e com quem o jornalista efetivamente conversou quando um texto indica ‘especialistas dizem’. No caso, as duas fontes alinhavam-se à empresa Odebrecht, que conflitava com Guido Mantega no contexto daquela notícia diretamente associado a Dilma.

Outro exemplo demonstra o contrário. Em 26 de agosto Dilma protagoniza a notícia, sem conflito com outro personagem. Nesse dia a fonte não identificada está ligada a ela: “Obcecada por detalhes, a petista estuda cada citação até a última vírgula, *contam auxiliares*, e tem lido textos do período do presidente Getúlio Vargas para se inspirar na redação do discurso”. O texto continua: “*Um auxiliar de Dilma disse à Folha* que ela está determinada a fazer de sua fala um “momento de impacto”, em busca do apoio dos senadores mas, mais do que isso, quer um “registro histórico”, diante de um cenário praticamente irreversível contra ela” (FOLHA DE S. PAULO, 26 AGO, 2016 – grifo nosso).

Nota-se nesse caso a referência de que a fonte ocultada disse ao jornal, não a um repórter específico. Porém, é preciso observar a relevância das pautas que utilizaram tais fontes. No caso da primeira matéria trata-se de acusações que recaem sobre Dilma e que afetam a opinião pública, direcionando um

juízo em relação ao fato ocorrido. No segundo caso, a matéria habita mais próxima à esfera da curiosidade e as informações não impactam o processo diretamente e não atuam na defesa da ex-presidenta.

Considerações finais

O objetivo dessa pesquisa foi verificar como se deu o uso das fontes nos textos da Folha e do A Tarde, considerando que o *impeachment* é um evento que rompe a normalidade da cobertura, e como tal, requer – ou requereria – tratamento diferenciado. Contudo, o que se verificou foi o uso abundante de falas das sessões plenárias. Trata-se de um processo que passa pelas sessões; portanto, obviamente essas falas devem repercutir. O problema está na existência de matérias desenvolvidas apenas a partir dessas falas, constituindo-se em relatos do que aconteceu (no que já foi chamado de jornalismo declaratório). Não há fontes interpretando com criticidade o que foi dito, não há opinião de especialistas, não há dúvidas do público. As fontes pessoais, quando ocorreram, pareciam apenas integrar um ritual, no qual eram pré-requisito para a norma. Diante deste quadro, deve-se perguntar: se uma fonte está no texto, qual o papel e a relevância desta fonte naquele momento e local?

O jornalismo apresentado parece ter sido feito por alguém que assistiu às sessões pela televisão. Matérias agenciadas, feitas em narrativa cronológica e, percebe-se, aprisionadas ao uso de coletivas, de falas públicas e de documentos oficiais. Não significa que esse uso não deva ocorrer. Contudo, é reducionista e pouco ou nada informativo um texto noticioso utilizar fonte documental como elemento principal quando diversos atores poderiam ser ouvidos. Observou-se essa deficiência em 6 de maio, no afastamento de Eduardo Cunha. A base da notícia trazia trechos da decisão judicial. A única

referência a outras fontes dizia: “Aliados de Cunha afirmaram que a decisão do STF é ‘violação de mandato’”(A TARDE, 6 mai. 2016).

O problema parece estar na dificuldade de agregação de valor ao conteúdo noticiado por meio da presença de fontes de aspectos e posições diferenciadas na sociedade. Os jornais não se apresentam como um espaço de debate entre as fontes, uma vez que a mescla de pontos de vista é consideravelmente menor (20% na Folha e ausente em A Tarde) do que *um ponto de vista com referência superficial a outra versão e somente um ponto de vista*. O diferencial de abordagem dos fatos e de tratamento das fontes é praticamente ausente entre os dois jornais. Tanto um quanto o outro adotam uma linha similar, embora A Tarde seja ainda mais do estilo “resumo”. Tal estilo é apresentado a partir da escolha de trechos acalorados dos debates ou de discussões agressivas entre senadores ou entre deputados.

A Tarde registra ainda outro fator relacionado a isso: trata-se do constante uso de notícias de agência, cujas matérias são as únicas que possuem fontes. As matérias desenvolvidas somente pelo profissional ligado diretamente ao jornal são um compêndio das informações, que mesclam jornalismo interpretativo com opinativo, sem menção a fontes. Dos textos do A Tarde, apenas um teve participação da redação. Os créditos de elaboração foram dos seguintes órgãos: “Da redação e agências”; “Estadão Conteúdo” e “Agência O Globo”; e os últimos dois foram “Agência O Globo”.

Por fim, o jornalismo político praticado na cobertura do processo de *impeachment* pela Folha de S. Paulo e A Tarde, em relação às fontes, pode ser caracterizada como deficiente, centrado exclusivamente no “poder” e muito dependente de afirmações de fontes oficiais e ocultas. A identificação genérica das fontes tornou-se habitual, estando presentes afirmações como “aliados

disseram”, “auxiliares confirmam”, “um ajudante confirmou”. Esse padrão revela a necessidade de compreender as motivações que levam o jornalismo político a esse cenário e de refletir sobre a simplificação excessiva dos rituais teóricos do uso das fontes no texto jornalístico.

Referências

AMARAL, Márcia Franz. **Fontes testemunhais, autorizadas e experts na construção jornalística das catástrofes**. Líbero, n. 36, p. 43-54, 2016.

COOK, Timothy E. **O jornalismo político**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 6, 2011, p. 203-247.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo. O** que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

MCQUAIL, Denis. **Atuação da mídia: comunicação de massa e interesse público**. Porto Alegre: Penso, 2012.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos**. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

PELLEGRINI, Silvia et al. **Valor Agregado Periodístico: la apuesta por la calidad de las noticias**. Santiago, Chile: Ediciones Universidad Católica, 2011.

PELLEGRINI, Silvia; MUJICA, María Constanza. **Valor Agregado Periodístico (VAP): la calidad periodística como factor productivo en un entorno medial complejo**. Palabra Clave, v. 9, n. 1, p. 1, 2006.

PINTO, Manuel. **Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo**. Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, Vol. 14 (1-2), 2000, p. 277-294.

SALGADO, Susana. **As Presidenciais de 2006**: reflexões sobre a interpretação da política nos jornais. Estudos em Comunicação nº 1, 2007, p. 232-249.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de Notícias** – Ações e estratégias das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011.

SOUSA, Jorge Pedro. **A utilização de fontes anónimas no noticiário político dos diários portugueses de referência**: um estudo exploratório. XXV Congresso Brasileiro de Comunicação. Salvador. 2002. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-utilizacao-fontes-anonimas.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2016.